

Transmissora José Maria
de Macedo de Eletricidade
S.A.

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Mensuração do ativo de concessão

Veja a nota explicativa 3.11 das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 apresenta o saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 2.656.883 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de concessão.

A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos, a determinação de custos e conseqüentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo de concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.

Devido à relevância do saldo do ativo de concessão, a mensuração do ativo de concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo de concessão;
- Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado, bem como, análise qualitativa das adições realizadas nos projetos de reforço.
- Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo de concessão e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação as anteriormente definidas.
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.476	27.277	Fornecedores	13	2.988	3.714
Títulos e valores mobiliários		80.936	53.644	Encargos sociais e trabalhistas	14	127	-
Contas a receber de clientes	6	30.859	27.140	Obrigações tributárias	15	7.236	2.403
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	6.898	3.400	Obrigações regulatórias	16	2.760	2.192
Tributos a compensar	10	84	12	Dividendos a pagar		41.371	-
Ativo da concessão	8	283.708	271.887	Contas a pagar - partes relacionadas	21	1.112	1.046
Despesas pagas antecipadamente	7	582	1.151	Empréstimos e Financiamentos	17	48.596	42.395
Outros Ativos		8.276	4.776	Debêntures	18	30.015	26.841
Total do ativo circulante		418.819	389.287	PIS e COFINS diferidos	19	26.243	25.150
				Outros passivos		12.386	154
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		172.834	103.895
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	71.575	58.367	NÃO CIRCULANTE			
Ativo da concessão	8	2.373.175	2.139.260	Empréstimos e Financiamentos	17	588.621	530.492
Outros Ativos		9.632	117	Debêntures	18	448.127	445.695
Imobilizado	11	212	247	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	335.365	276.991
Intangível	12	113	-	PIS e COFINS diferidos	19	219.519	197.882
Total do ativo não circulante		2.454.707	2.197.991	Total do passivo não circulante		1.591.632	1.451.060
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22		
				Capital social		504.397	504.397
				Reserva de lucros		571.747	527.926
				Dividendos adicionais propostos		32.916	-
				Total do patrimônio líquido		1.109.060	1.032.323
TOTAL DO ATIVO		2.873.526	2.587.278	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.873.526	2.587.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura, suprimento de energia e outras		176.582	65.896
Remuneração financeiro do ativo de concessão		344.120	288.828
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(58.644)	(35.979)
RECEITA LÍQUIDA	24	<u>462.058</u>	<u>318.745</u>
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	25	(123.533)	(17.000)
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	25	(12.530)	(12.046)
LUCRO BRUTO		<u>325.995</u>	<u>289.699</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	25	(6.211)	(3.991)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>319.784</u>	<u>285.708</u>
Receitas financeiras	26	16.096	17.017
Despesas financeiras	26	(116.137)	(117.039)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(100.041)</u>	<u>(100.022)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>219.743</u>	<u>185.686</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	27	(3.261)	(2.246)
Diferido	27	(58.374)	(35.027)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>158.108</u>	<u>148.413</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	23	0,3135	0,2942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	158.108	148.413
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>158.108</u>	<u>148.413</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	de lucro	Incentivos fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		476.001	18.852	417.229	8.432	-	-	920.514
Aumento de capital		28.396	-	-	-	-	-	28.396
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	148.413	148.413
Dividendos pagos				(15.110)	-	-	-	(15.110)
Constituição de reserva legal			7.421	-	-	-	(7.421)	-
Constituição de reserva de lucros			-	80.986	-	-	(80.986)	-
Constituição de Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	10.116	-	(10.116)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(49.890)	(49.890)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		504.397	26.273	483.105	18.548		-	1.032.323
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	158.108	158.108
Constituição de reserva legal	22	-	7.905	-	-	-	(7.905)	-
Constituição de reserva de lucros	22	-	-	102.859	-	-	(102.859)	-
Constituição de Reserva de incentivos fiscais	22	-	-	-	13.057	-	(13.057)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	(1.371)	(1.371)
Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	-	32.916	(32.916)	-
Dividendos intermediários	22	-	-	(80.000)	-	-	-	(80.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		504.397	34.178	505.964	31.605	32.916	-	1.109.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	23	158.108	148.413
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	58.374	35.027
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	3.261	2.246
Provisão para PIS e Cofins diferidos	19	22.730	8.684
Remuneração do ativo de concessão	24	(344.120)	(288.828)
Receita de operação e manutenção	24	(18.793)	(18.818)
Receita de construção	24	(159.005)	(22.185)
Receitas de títulos e valores mobiliários	26	(16.768)	(17.017)
Depreciação e amortização	25	57	-
Juros e correção monetária sobre empréstimos	26	52.317	50.566
Juros e correção monetária sobre debêntures	26	60.787	64.987
Amortização dos custos de transação	17 e 18	937	906
Caixa gerado pelas operações		(182.115)	(36.019)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(3.719)	(1.973)
Ativo da concessão	8.3	276.182	238.053
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	(3.498)	(3.473)
Tributos a compensar	10	(72)	(6)
Despesas pagas antecipadamente	7	569	(388)
Outros Ativos		(13.015)	(5.309)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(726)	1.180
Encargos sociais e trabalhistas	14	127	-
Obrigações tributárias	15	4.936	87
Obrigações regulatórias	16	568	822
Contas a pagar - partes relacionadas	21	66	827
Outros passivos		12.232	(345)
Imposto de renda e contribuição social pagos	9	(3.364)	(3)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		88.171	193.453
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(135)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.1	(236.989)	6.554
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	218.786	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(18.338)	6.554
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	17	96.678	-
Pagamento de principal de empréstimos	17	(40.767)	(37.286)
Pagamento de principal de debêntures	18	(17.063)	(13.746)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(43.922)	(46.217)
Pagamento de juros de debêntures	18	(39.031)	(38.459)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(71.039)	20.998
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	65.510	-
Juros sobre capital próprio pago		-	(49.890)
Dividendos pagos		(40.000)	(15.111)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(89.634)	(179.711)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(19.801)	20.296
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	7.476	27.277
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	27.277	6.981
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(19.801)	20.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	18.793	18.818
Receitas relativas à construção de ativos próprios	159.005	22.185
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	344.120	288.828
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(8.127)	24.893
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(10.293)	(32.629)
Custo de construção	(123.533)	-
Outros	(3.228)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>376.737</u>	<u>322.095</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(57)	201
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>376.680</u>	<u>322.296</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	16.768	17.017
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>393.448</u>	<u>339.313</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>393.448</u>	<u>339.313</u>
Pessoal	<u>6.171</u>	<u>458</u>
Remuneração direta	4.712	408
Benefícios	1.057	50
FGTS	402	-
Impostos, taxas e contribuições	<u>116.065</u>	<u>74.889</u>
Tributos federais	116.065	74.889
Remuneração de capitais de terceiros	<u>113.104</u>	<u>115.553</u>
Juros	113.104	115.553
Remuneração de capitais próprios	<u>158.108</u>	<u>148.413</u>
Juros sobre capital próprio	-	49.890
Dividendos	34.287	-
Lucros retidos	123.821	98.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO
FINDO EM DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Argo VII”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em dezembro de 2021 a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro tipo categoria B, sendo a pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a ARGEB Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGEB”) assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A ARGEB Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia e garantirá os aportes de capital necessários para realizar os investimentos e pagamentos a credores.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;

- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ouroândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ouroândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação parcial em 27 de março de 2018, e em 17 de abril de 2020 o projeto foi integralmente concluído e entrou em operação total.

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 255.473 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo VII.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implementação de reforços através das Resoluções Autorizativas:

- REA nº 11.325/2022 de 15 de março de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de R\$ 27,4 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 3,4 milhões, cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

- REA nº 11.903/2022 de 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de R\$ 77,1 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 9,4 milhões, com término da obra previsto para fevereiro de 2024.

- REA nº 12.294/2022 - Aprovada em 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de R\$ 72,1 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 8,9 milhões, com término da obra previsto para setembro de 2024.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (IAS 20), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo da concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo da concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos

de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

2.5 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando a Companhia a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas para melhor entendimento dos usuários das informações das demonstrações financeiras.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros

são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Fundo vinculado – Caixa restrito	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4 Ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconhece um ativo intangível mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.5 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo VII obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.7 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.8 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (a) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (b) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (c) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.9 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.10 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.11 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo da concessão de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo da concessão passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo da concessão, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo da concessão é de 9,69% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo da concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 108.214, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo da concessão em contrapartida do saldo do ativo da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo da concessão

Conforme descrito acima o Ativo da concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que é a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo da concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “PIS e COFINS diferidos” e o diferimento no passivo não circulante.

3.12 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

a. Ativos financeiros e ativos da concessão

Um ativo financeiro e ativo da concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo da concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.13 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Passivos Não Circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	7.476	27.277
Total	<u>7.476</u>	<u>27.277</u>

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1 Títulos e Valores Mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	80.936	53.644
Total	<u>80.936</u>	<u>53.644</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 107,40% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As carteiras

dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva (**)	71.575	58.367
Total	<u>71.575</u>	<u>58.367</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes	30.859	27.140
Total	<u>30.859</u>	<u>27.140</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	24.653	22.514
Títulos vencidos em até 30 dias	145	-
Títulos vencidos em até 90 dias	2.952	2.586
Títulos vencidos há mais de 90 dias	3.109	2.040
	<u>30.859</u>	<u>27.140</u>

7 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar (*)	582	1.151
Total	<u>582</u>	<u>1.151</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 29.

8 ATIVO DA CONCESSÃO

8.1 Composição do Ativo da concessão – Saldos Acumulados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	2.058.619	1.899.614
Remuneração do ativo da concessão	1.780.391	1.436.271
Recebimentos	(1.282.104)	(1.005.922)
Receita de operação e manutenção	99.977	81.184
Total	<u>2.656.883</u>	<u>2.411.147</u>
Circulante	283.708	271.887
Não circulante	2.373.175	2.139.260

8.2 Margens de Obrigações e Performance

Margem de O&M	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita	18.793	18.819
Custos	(12.530)	(12.046)
Margem (R\$)	6.263	6.773
Margem Percebida (%)	33%	36%
Margem de Construção	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita	159.005	22.185
Custos	(123.533)	(17.000)
Margem (R\$)	35.472	5.185
Margem Percebida (%)	22%	23%

a) A receita e os custos de construção aumentaram no último período em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia na construção dos reforços autorizados pela ANEEL conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1.

8.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.317.266</u>
Receita de construção	22.185
Remuneração do ativo da concessão	288.828
Receita de operação e manutenção	18.818
Recebimentos	(235.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.411.147</u>
Receita de construção (*)	159.005
Remuneração do ativo da concessão	344.120
Receita de operação e manutenção	18.793
Recebimentos	(276.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.656.883</u>

(*) Refere-se ao reforço aprovado através das Resoluções Autorizativas ANEEL n° 9.900/2021 e 10.413/2021 para a instalação de equipamentos para aumento de capacidade de transmissão, de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN, de vida útil e para conexão de novos usuários, a conclusão dos projetos de reforços está detalhada na nota explicativa n° 1.1.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.898	3.400
Total	<u>6.898</u>	<u>3.400</u>

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a compensar	15	2
COFINS a compensar	68	9
Outros impostos a compensar	1	1
Total	<u>84</u>	<u>12</u>

11 IMOBILIZADO

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Máquinas e Equipamentos	53	(20)	33
Benfeitorias	339	(192)	147
Móveis e utensílios	75	(43)	32
Total	<u>467</u>	<u>(255)</u>	<u>212</u>

	<u>Saldos em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldos em 31/12/2023</u>
Máquinas e Equipamentos	18	18	(17)	14	33
Benfeitorias	188	-	(2)	(39)	147
Móveis e utensílios	41	-	19	(28)	32
Total	<u>247</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>212</u>

12 INTANGÍVEL

	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Softwares	117	(4)	113
Total	117	(4)	113

	<u>Valor líquido em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>
Intangível em serviço				
Softwares	-	117	(4)	113
Total	-	117	(4)	113

13 FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	2.988	3.714
Total	2.988	3.714

14 ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	3	-
Provisão de bônus	35	-
Provisão de férias	48	-
Encargos trabalhistas	41	-
Total	127	-

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	4.344	2.118
ICMS – diferencial de alíquota	1.749	44
ISS de terceiros	523	240
Outros tributos	620	1
Total	7.236	2.403

16 OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	2.448	1.657
Encargos regulatórios a recolher (*)	312	535
Total	2.760	2.192

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	BNDES	Total
Saldo final 31/12/2021	605.823	605.823
Juros e variação monetária	50.567	50.567
Pagamentos Principal	(37.286)	(37.286)
Pagamentos Juros	(46.217)	(46.217)
Saldo final 31/12/2022	572.887	572.887
Captação	97.582	97.582
Juros e variação monetária	52.317	52.317
Pagamentos Principal	(40.767)	(40.767)
Pagamentos Juros	(43.922)	(43.922)
Custo de transação	(880)	(880)
Saldo final 31/12/2023	637.217	637.217
Classificados como:	31/12/2022	31/12/2023
Circulante	42.395	48.596
Não Circulante	530.492	588.621

- (a) Em 28 de maio de 2018, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implantação, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 687.664. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,19% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito “A” se iniciou em 15 de outubro de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032. E, a amortização do subcrédito “B” se iniciou em 15 de janeiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032.
- (b) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 145.764, para a implantação de reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 5,23% ao ano, a título de remuneração, acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo spread do BNDES de 1,50% ao ano. O subcrédito A será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, enquanto o subcrédito B será pago em 129 (cento e vinte e nove) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito “A” irá se iniciar em 15 de novembro de 2023, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. E, a amortização do subcrédito “B” irá se iniciar em 15 de abril de 2024, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. Em agosto de 2023 foi recebido dentro desse contrato o montante de R\$ 97.582. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	52.530
2026	57.229
2027	62.064
2028 em diante	416.798
Total	<u>588.621</u>

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avencas, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES. Sendo, a partir de 15 de outubro de 2019, 03 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida vencida, caso a cedente possua ICSD anual de, no mínimo, 1,3 e ICP anual de 20%.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e dois décimos).

A Administração da Companhia faz o constante acompanhamento das cláusulas restritivas.

18 DEBÊNTURES

Instituição financeira	Debêntures - 1ª emissão	Total
Saldo final 31/12/2021	458.846	458.846
Captação	-	-
Juros e variação monetária	64.988	64.988
Pagamentos Principal	(13.746)	(13.746)
Pagamentos Juros	(38.459)	(38.459)
Custo de transação	907	907
Saldo final 31/12/2022	472.536	472.536
Captação	-	-
Juros e variação monetária	60.787	60.787
Pagamentos Principal	(17.063)	(17.063)
Pagamentos Juros	(39.031)	(39.031)
Custo de transação	913	913

Saldo final 31/12/2023	478.142	478.142
Classificados como:	31/12/2022	31/12/2023
Circulante	26.841	30.015
Não Circulante	445.695	448.127

(*) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade, e de forma a complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15 de junho de 2018, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação no montante total de R\$ 395.000, com vencimento em março de 2036 e taxa de remuneração de IPCA + 8,28% a.a.. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	23.728
2026	24.765
2027	29.419
2028 em Diante	370.215
Total	<u>448.127</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

19 PIS E COFINS DIFERIDOS

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	214.347
Constituição	10.785
Amortização	(2.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	223.032
Constituição	48.277
Amortização	(25.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	245.762
Classificado como:	
Circulante	26.243
Não circulante	219.519

20 PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 13.342 (R\$ 15.869 em 31 de dezembro de 2022).

21 PARTES RELACIONADAS

O saldo do passivo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.112 (R\$ 1.046 em 31 de dezembro de 2022), representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	1.107	1.046	7.008	-
Argo IV Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	2	-	-	-
Argo VI Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	1	-	-	-
Argo VIII Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	2	-	-	-
Total		1.112	1.046	7.008	-

21.1 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 (R\$ 7.161 em 31 de dezembro de 2022), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

O montante total da remuneração pago pela Argo Transmissão de Energia. S.A. é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.353 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 504.397 (quinhentos e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, e trezentos e setenta e nove reais), dividido em 504.397.379 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de Ações	Ações ordinárias	%	Quantidade de Ações	Ações ordinárias	%
Acionistas						
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	504.397	100%	504.397.379	504.397	100%

22.1 Reserva de Lucros

(a) Reserva Legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 7.905 para constituição da reserva legal.

(b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 102.859 para constituição de reserva de lucros a realizar com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

22.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Em 2023, foi aprovada a distribuição de R\$ 80.000 a título de dividendos intermediários dos quais R\$ 40.000 foram pagos dentro do exercício e R\$ 40.000 estão compondo o saldo de dividendos a pagar.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	158.108	148.413
Reserva legal - (5%)	(7.905)	(7.421)
Reserva de Incentivo Fiscal	(13.057)	(10.116)
Lucro líquido ajustado	137.146	130.876
Dividendos mínimos obrigatórios - (1%)	1.371	
Dividendos adicionais propostos	32.916	35.249
JCSP (*)	-	(49.890)

(*) O valor pago ao longo do exercício de 2022 de Juros Sobre Capital Próprio é superior aos dividendos mínimos obrigatórios devidos no exercício, sendo assim não foi necessária a realização da provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

23 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído

por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	158.108	148.413
Denominador:		
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício	504.397	504.397
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,3135	0,2942

24 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Construção	159.005	22.185
Receita de remuneração do ativo da concessão	344.120	288.828
Receita de operação e manutenção	18.793	18.818
Parcela Variável e outras deduções	(6.910)	-
Outras receitas	(1.217)	24.892
Receita bruta	513.791	354.724
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(22.731)	(8.684)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(25.554)	(24.129)
(-) Encargos regulatórios (i)	(3.448)	(3.165)
Receita líquida	462.058	318.745

- (i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

25 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(10.293)	(33.571)
Custo de construção	(123.533)	-
Materiais	(106)	-
Pessoal	(6.171)	(457)
Arrendamentos e aluguéis	(639)	(78)
Depreciação e amortização	(57)	-
Tributos	(38)	(15)
Seguros	(1.008)	(847)
Outros	(429)	1.931
Total	(142.274)	(33.037)
Valores alocados a:		
Custos de construção	(123.533)	(17.000)
Custo de operação e manutenção	(12.530)	(12.046)
Despesas gerais e administrativas	(6.211)	(3.991)

26 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receitas de títulos e valores mobiliários	16.768	17.569
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(780)	(747)
Outras receitas financeiras	108	195
Total	16.096	17.017
Despesas financeiras:		
Juros e variações monetárias	(113.104)	(115.553)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.879)	-
Outras despesas financeiras	(1.154)	(1.486)
Total	(116.137)	(117.039)
 Resultado financeiro líquido	 (100.041)	 (100.022)

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

27.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	219.743	185.686
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(74.713)	(63.134)
Benefício fiscal (*)	13.105	10.116
Juros sobre capital próprio	-	16.963
Adições e exclusões permanentes	(51)	-
Outros	24	(1.218)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(58.374)	(35.027)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(3.261)	(2.246)
 Alíquota efetiva	 28%	 20%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

27.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(30.638)	272.603	241.965
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	944	-	944
Contratos de concessão (b)	-	34.082	34.082
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(29.694)	306.685	276.991
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(25.176)	-	(25.176)
Contratos de concessão (b)	-	83.550	83.550
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(54.870)	390.235	335.365

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão que estão sendo recuperação desde 2021.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (CPC 47/IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>Nota</u>	<u>Hierarquia</u>	<u>Valor Justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
			<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5	2	80.936	53.644	53.644	53.644
Total			80.936	53.644	53.644	53.644
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	7.476	27.277	7.476	27.277
Contas a receber de clientes	6	2	30.859	27.140	30.859	27.140
Fundos vinculados – caixa restrito	5	2	71.575	58.367	71.575	58.367
Total Ativo			109.910	112.784	109.910	112.784
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	11	2	2.988	3.714	2.988	3.714
Contas a pagar - partes relacionadas	17	2	1.112	1.046	1.112	1.046
Empréstimos e Financiamentos	12	2	637.217	572.887	637.217	572.887
Debêntures	13	2	489.495	472.536	478.142	472.536
Outros passivos			12.385	154	12.385	154
Total Passivo			1.143.197	1.050.337	1.131.844	1.050.337

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Empréstimos e Financiamentos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelo contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 30.859 (R \$27.140 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) Financiamentos e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
Fornecedores	2.988	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	48.596	52.530	57.229	478.862
Debêntures	30.015	23.728	24.765	399.634
Contas a pagar - partes relacionadas	1.112			
Total	82.2711	76.258	81.994	878.496

28.2 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI (que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras), de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Total</u>	<u>Cenário</u>		
			<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Caixa e equivalentes	Redução CDI	7.476	871	653	436
Títulos e valores mobiliários	Redução CDI	80.936	9.429	7.072	4.715
Fundos restritos	Redução CDI	71.575	8.338	6.254	4.169
Instrumentos financeiros ativos		159.987	18.638	13.979	9.320
Empréstimos e Financiamentos	Aumento TJLP	637.217	41.738	31.304	20.869
Debêntures	Aumento IPCA	478.142	18.648	13.986	9.324
Instrumentos financeiros passivos		1.115.359	60.386	45.290	30.193

29 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Seguradora	Importância Segurada	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb Seguradora	50.000	07/09/2024
Total		250.000	

30 COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos em aberto para conclusão das construções relacionadas aos reforços em construção, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

Contratos para investimento em reforços	<u>2024</u>
Serviços e materiais	<u>33.642</u>

31 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

<u>Transações que não impactaram caixa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação de IRPJ	13.057	10.116
Dividendos a pagar (aprovados e não pagos)	40.000	-

* * *

Simone Borsato
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Gerente de Controladoria
CRC/RJ 116409/O